

POVOS ORIGINÁRIOS E O PROJETO DE RECONCILIAÇÃO NA AUSTRÁLIA: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS IMPLEMENTADAS ENTRE 1991 E 2024

PEDRO DE MORAES SILVA¹; CARLOS ARTUR GALLO²

¹Universidade Federal de Pelotas – pedro.moraes@ufpel.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas – galloadv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta parte do desenvolvimento do projeto de dissertação do autor, analisando a evolução das políticas públicas Australianas voltadas para a reconciliação nacional entre 1991 e 2024. O foco está na relação entre os povos indígenas Australianos (aborígenes e ilhéus do Estreito de Torres) e o restante da população, com o objetivo de reparar as desigualdades históricas e sociais, em especial as decorrentes das "gerações roubadas". Esse período foi marcado pela implementação de medidas de reconhecimento dos abusos cometidos contra os povos indígenas e construir uma memória nacional compartilhada. Essa demanda surge de um passado recente marcado pelos eventos das "gerações roubadas" – termo utilizado para referenciar a retirada coercitiva pelo Estado Australiano de pelo menos 50 mil jovens e crianças aborígenes e ilhéus do Estreito de Torres de suas famílias, entre a década de 1840 até 1969 de forma oficial (WILSON; DODSON, 1997; VIJEYARASA 2007).

O foco dado aqui é ao desenvolvimento das respostas do governo Australiano aos eventos, buscando analisar as políticas implementadas a partir da década de 1990, quando afloram uma série de medidas voltadas para a reconciliação nacional.

O projeto busca, para além disso, compreender como que os diferentes grupos de interesse se utilizam do termo "reconciliação" e qual o sentido empregado para ele ao longo do tempo. A ideia aqui é compreender como a posição do governo sobre o projeto reconciliatório dialoga com a percepção dos movimentos aborígenes. De modo geral, esses conflitos podem ser entendidos a partir da leitura de Jelín (2017), como a configuração das "lutas pelo passado" - isso é, a construção da memória social a partir do conflito entre narrativas.

Para além disso, busca-se compreender as diferenças socioeconômicas entre os períodos analisados e os resultados práticos das políticas desenvolvidas. Esses resultados podem ou não dialogar com as percepções gerais das comunidades aborígenes.

2. METODOLOGIA

A metodologia ainda está em elaboração no momento dessa submissão e alguns ajustes podem ser feitos. A ideia é criar um modelo analítico que possibilite a) a análise do conteúdo dos pronunciamentos de representantes do governo e dos movimentos aborígenes; b) a análise do desenvolvimento das políticas públicas ligadas ao projeto reconciliatório - e o cruzamento desses dois fatores. Nesse sentido, a metodologia é de caráter de estudos de formação de agenda e de empreendedores de políticas públicas, como aqueles presentes na revisão de Brasil e Capella (2015), para além dos estudos de análise de ciclo de políticas

públicas de Solís Delgadillo (2015) e da teoria de múltiplos fluxos de Kingdom (2003).

Para cumprir o passo-a-passo metodológico, já se identificou alguns pontos iniciais: a) separação do material para a análise de pronunciamentos em momentos a serem delimitados dentro do debate público australiano; b) realização a análise de pronunciamentos nos momentos delimitados do debate público australiano; c) realizar a análise dos indicadores sociais em dois momentos (1991-2024); e d) discorrer sobre a efetividade das políticas públicas do projeto reconciliatório.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto ainda está em fase de pesquisa e não apresenta resultados finais. O que se percebe de modo mais geral é uma tendência nos últimos anos das comunidades aborígenes terem uma percepção mais crítica ao projeto de reconciliação, com grupos propondo mudanças constitucionais que garantam de forma definitiva o direito à autodeterminação e à terra das populações originárias australianas. Isso se reflete em iniciativas estaduais, como o estabelecimento de uma comissão da verdade em Vitória, para analisar as violências históricas no estado e propor medidas que possibilitem um tratado entre as comunidades e o governo (REIGER, 2020).

Em certa medida se aponta para a postura colonialista e paternalista do Estado australiano para com as comunidades aborígenes, o que se reflete nos organogramas das políticas públicas já estabelecidas. Para além disso em 2023, um plebiscito nacional negou a o estabelecimento de órgão indígena de caráter consultivo no Parlamento, o que é interpretado como um retrocesso e fruto de políticas de reconciliação incapazes de realizar mudanças estruturais no país (NEW SOUTH WALES ABORIGINAL LAND COUNCIL, 2023; THORPE, 2020).

4. CONCLUSÕES

Sem conclusões até o momento, em vista que o projeto ainda está em fase de execução. As conclusões parciais giram em torno dos resultados expostos na sessão anterior.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **O Processo de Agenda-Setting para os Estudos das Políticas Públicas**. RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, [S. l.], v. 1, n. 1, 2015. DOI: 10.18829/rp3.v1i1.15903. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/14576>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies**. Nova Iorque: Harper Collins, 3. ed., 2003.

REIGER, Caitlin. **Australia's first truth commission: transitional justice to face colonial legacies**. Paris: JusticeInfo.net, 2020. Disponível em: <<https://www.justiceinfo.net/en/45000-australia-s-first-truth-commission-transitional-justice-to-face-colonial-legacies.html>>. Acesso em 21 ago. 2024.

SOLÍS DELGADILLO, Juan Mario. **Los tiempos de la memoria en las agendas políticas de Argentina y Chile**. Buenos Aires: Eudeba, 2015.

SOUTH WALES ABORIGINAL LAND COUNCIL. **A STATEMENT FROM INDIGENOUS AUSTRALIANS WHO SUPPORTED THE VOICE REFERENDUM**. Parramatta: NSW Aboriginal Land Council, 2023. Disponível em: <<https://alc.org.au/newsroom/media-releases/a-statement-from-indigenous-australians-who-supported-the-voice-referendum/>>. Acesso em 22 ago. 2024.

THORPE, Lidia. **Without a Treaty, Australia Day Will Always Be Invasion Day**. Nova Iorque: Jacobin, 2020. Disponível em: <<https://jacobin.com/2020/01/australia-day-invasion-treaty-indigenous-aboriginal-sovereignty-first-nation>>. Acesso em 22 ago. 2024.

VIJEYARASA, Ramona. **Verdade e reconciliação para as "gerações roubadas"**: revisitando a história da Austrália. São Paulo: Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 4, n. 7, 2007, p. 128-151.

WILSON, Sir Ronald; DODSON, Mick. **Bringing Them Home**: Report of the National Inquiry into the Separation of Aboriginal and Torres Strait Islander Children from Their Families. Sydney: Human Rights and Equal Opportunity Commission, 1997.